

Senador faz 10 perguntas e espreme o BC

14 DEZ 1995

JORNAL DO BRASIL

Brasília — Jamil Bittar

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA — O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) resolveu pôr os dedos nas feridas do Banco Central. Em interpelação entregue ontem à Procuradoria-Geral da República, o senador faz dez perguntas inquietantes ao Banco Central sobre o período anterior à intervenção no Banco Econômico. Nelas, ele pretende deixar exposta a convivência do Banco Central com situações irregulares no banco baiano desde o ano passado.

“Fiz a interpelação para obter os dados de imediato e as respostas do Banco Central vão revelar as situações irregulares. De posse das respostas, vou tomar uma série de providências”, disse o senador ao **JORNAL DO BRASIL**. Ele deixou claro que uma das irregularidades seria a “maquiagem de balanço”, acobertada pelo BC, “enganando assim os correntistas do banco e os acionistas minoritários”.

Numa das várias conversas que teve com os repórteres, ontem, o senador disparou: “vai doer mais do que chamá-los de marginais”.

O documento de quatro páginas com dez perguntas bastante técnicas e precisas (delas constam operações realizadas com datas e detalhes), ao abordar episódios ocorridos em 1994, deixariam em delicada situação inclusive o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que na época era o presidente do BC.

Antônio Carlos Magalhães está convencido de que as informações sobre a pasta cor-de-rosa — documentação em que Ângelo Calmon de Sá, do Econômico, anotou as contribuições para campanhas eleitorais de 1990 — foram vazadas por alguém do Banco Central. Ele crê que o vazamento das informações foi deliberado “para dispersar as atenções do Sivam” (Sistema de Vigilância da Amazônia, cuja polêmica foi reavivada pelo episódio do “grampo”).

Um outro parlamentar, que leu o requerimento do senador à Procuradoria, ficou impressionado com o “profissionalismo” com que foi preparado e com a riqueza de detalhes de operações feitas no passado. As respostas, segundo esse deputado, podem acabar mostrando que o Banco Central é “o guardião dos banqueiros”.

O senador criticou a atuação do Banco Central no Econômico, desde a intervenção em agosto até agora: “até hoje não fizeram nada”. Reclamou, ainda, da demora na decisão da venda do banco ao grupo Excel.

Sobre a possibilidade de Calmon de Sá ter sido o responsável pelo vazamento do conteúdo da pasta cor-de-rosa, respondeu: “Essa é uma hipótese difícil, mas não impossível”.

A diretoria do BC está convencida de que o culpado de tudo é o banqueiro Ângelo Calmon de Sá.



Antônio Carlos fala em 'maquiagem'.

Brindeiro foi surpreendido

BRASÍLIA — O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) entregou ontem, na Procuradoria Geral da República, pedido de informações sobre a atuação do Banco Central na administração do sistema financeiro e nos processos de intervenção nos bancos. No ofício de quatro páginas, ele sugere ao Ministério Público Federal que questione o banco sobre assuntos de sua competência.

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, não quis dar detalhes sobre os pedidos de informação do senador baiano. “Ele requisitou informações sobre assuntos que, ao ver dele, indicariam irregularidades”, comentou Brindeiro.

Brindeiro acabou sendo surpreendido pelo teor do ofício do senador. No início da tarde, o procurador chegou a dar entrevista, dizendo que tinha conversado com Antônio Carlos pelo telefone. O senador avisava que iria apresentar uma representação contra dirigentes do Banco Central. Depois de ler o ofício, Brindeiro deu nova entrevista, consertando o que havia dito. “Na verdade, ele não está fazendo propriamente uma denúncia...”

Uma vingança cor-de-rosa

BRASÍLIA — O PFL está usando a pauta de votações da Câmara para retaliar o governo, que não tomou qualquer atitude para defender integrantes do partido que constam do dossiê da pasta cor-de-rosa. A ofensiva está sendo comandada pelo próprio presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), que incluiu na pauta de votações projetos que contrariam o interesse do governo.

O primeiro prejuízo foi causado ontem à noite, quando a Câmara aprovou, em votação simbólica, o projeto do deputado Nilson Gibson (PMN-PE), que aumenta de R\$ 600 para R\$ 1,3 mil o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas. O fato resulta no aumento imediato das despesas da União.

“O governo não jogou a pasta cor-de-rosa contra a gente. Nós devolvemos. Tá aí o projeto cor-de-rosa. O presidente Fernando Henrique que vete”, ironiza um importante parlamentar do PFL. “É bom que todos saibam: sem o PFL, não há reformas. Mais do que isso: sem o PFL, não há governabilidade”, avisa o líder do partido na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE).